

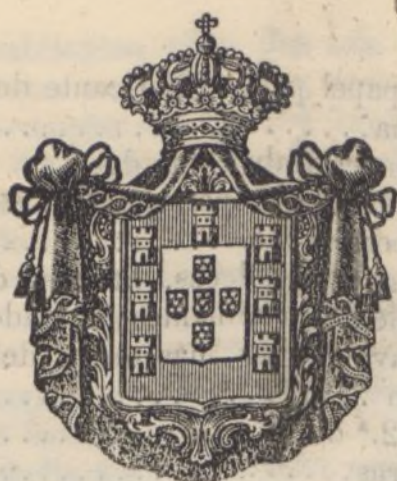
ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000

Avulso por folha	40\$0
Anuncios, por linha	10\$0

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escritorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha	40\$0
---	-------

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

batalhão de caçadores n.º 3, declarado sem effeito o decreto que o despachou

para servir em commissão na provincia de Angola.

Junho 5 Joaquim da Costa, primeiro sargento do regimento de infantaria n.º 2, promovido

do ao posto de alferes da guarnição da provincia de Angola.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONAES
VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES
NA FOLHA DE ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852, DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857, COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalleica, e tres quartas partes em títulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e accitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

Lista 1743

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICHO ABAIXO DECLARADO NO DIA 3 DE JULHO DE 1860

Bens que foram da universidade de Coimbra, que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICHO DE FARO
CONCELHO DE OLHÃO

27311 Fóro de 1\$800 réis, pago no dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda no sitio do Arenhado, freguezia de S. Bartholomeu de Pechão, que se compõe de casas, figueiras e arvoredos de fructo. Emphyteuta Manuel de Mendonça—31\$500.

27312 Fóro de 392 1/4 réis, pago em dia de S. Thiago, imposto em um praso, na dita freguezia, que se compõe de casas, terras de pão e arvoredos de fructo. Emphyteuta Manuel Gonçalves da Charneca—6\$873.

27313 Fóro de 937 1/4 réis, pago pelo S. João, imposto em uma fazenda, na dita freguezia, que se compõe de oliveiras e arvoredos de fructo. Emphyteuta Antonio de Sousa Dourado—16\$406.

27314 Fóro de 2\$250 réis, pago em dia de Santa Iria, imposto em um praso, na dita freguezia, que se compõe de casas, vinhas e oliveiras. Emphyteuta Diogo Gago, de Val-Mandel—39\$375.

27315 Fóro de 1\$200 réis, pago no mesmo dia, imposto em umas casas, no lugar de Olhão. Emphyteuta Lourenço José de Mendonça—21\$000.

27316 Fóro de 1\$200 réis, pago em 24 de agosto, imposto em umas casas, no mesmo lugar. Emphyteuta João Luiz Robim, e Rosa Maria, viuva—21\$000.

27317 Fóro de 37 1/2 réis, pago em 13 de abril, imposto em umas casas, no mesmo lugar. Emphyteuta Jeronymo do Carmo Xavier—6\$66.

27318 Fóro de 78 3/4 réis, pago no 1.º de fevereiro, no sitio do Bisouiro, freguezia de Nossa Senhora da Conceição, que se compõe de terras, figueiras e arvoredos de fructo. Emphyteuta o capitão Antonio Palermo de Faria—1\$378.

27319 Fóro de 1\$125 réis, pago em dia de Santa Iria, imposto em uma fazenda, nos Caligos, da dita freguezia. Emphyteuta Manuel João, dos Caligos—19\$687.

27320 Fóro de 138 3/4 réis, pago no mesmo dia, imposto em duas courelas de terra cercadas, no dito sitio. Emphyteuta Rafael Gonçalves—2\$428.

27321 Fóro de 1\$500 réis, pago em dia de Santa Iria, imposto em um praso junto á estrada que vae para o Poço de Valle da Mór, da dita freguezia, que se compõe de casas, terra de pão e figueiras. Emphyteuta Antonio Rodrigues, do sitio dos Caligos—26\$250.

CONCELHO DE VILLA NOVA DE PORTIMÃO

27322 Fóro de 1\$031 1/4 réis, pago pelo Natal, imposto em uma fazenda, sita na Pereira, na freguezia de Villa Nova de Portimão. Emphyteuta José Pacheco, sapateiro—18\$046.

Somma R. 204\$599

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei; e são todos de natureza fatuosim.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 24 de maio de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEQUENTES DATAS

1860 1.ª Direcção—1.ª Repartição

Junho 5 Eduardo Augusto Valadim, e Cypriano Lopes de Andrade, guardas marinhas, promovidos ao posto de segundos tenentes da armada.

2.ª Direcção—1.ª Repartição

2 Emilio Rodrigues Teixeira, confirmado no emprego de tabellião e escrivão do juizo de direito da comarca de Moçambique.

4 Lucio Augusto da Silva, cirurgião de 1.ª classe da provincia de Angola, nomeado cirurgião-mór de Macau.

2.ª Repartição

4 José Severino de Andrade, escripturario da contadoria da junta do fazenda do estado da India, aposentado com o seu vencimento de 1.000 xerafins annuaes, ficando esta graça dependente da approvação do corpo legislativo.

4 José Ignacio Pinto Nogueira, tenente do

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, acções de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana finda em 9 de junho de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO

Fundos publicos			
Inscrições de assentamento de 3 por cento (juro pago até fim do 1.º semestre de 1860)	45 1/2	46	
Inscrições com coupons (idem idem)	45	45 1/4	
Certificados de divida differida	33	33 1/2	
Títulos de divida publica sem juro			
Títulos de divida publica (antigos)	1	2	
Ditos azues	1 1/2	2 1/2	
Ditos das tres operações	12	17	
Papel-moeda	27	29	

CURSO DOS CAMBIOS

PRAXES	PRASO	EQUIVALENCIAS	CAMBIO
Londres	30 d. v.	Por 1\$000 réis	53 1/2
	60 d. v.	"	53 3/4 a 5/8
	90 d. v.	"	53 3/8 a 3/4
Paris	100 d. d.	" tres francos	533
Hamburgo	3 m. d.	" 1\$000 réis	47 1/2
Amsterdã	3 m. d.	" 16\$000	47 1/2
Genova	3 m. d.	" tres liras novas	530
Viena	3 m. d.	" um florim	—
Trieste	3 m. d.	" um florim	—
Nápoles	3 m. d.	" um ducado	—
Madri	8 d. v.	" um peso forte	945
Caliz	8 d. v.	" um peso forte	945
Porto	8 d. v.	"	Ao par

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 9 de junho de 1860. — O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 9 de junho de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

Boletim dos premios de seguros maritimos effectuados, na semana finda em 9 de junho de 1860

PORTOS D'ONDE E PARA ONDE SE CONVENCIIONARAM OS SEGUROS		PREMIOS	
PROVENIENCIAS	DESTINOS	EM NAVIOS DE VELA	EM BARCOS A VAPOR
Madeira	1/4 por cento	1/2 por cento	
Rio de Janeiro	1/4 a 1/2	—	—
Cabo Verde	1/4	—	—
Hamburgo	1/4	—	—
Liverpool	1/4	—	—
London	1/4	—	—
Porto	1/4	—	—
Glasgow	1/4	—	—
S. Nazaire	1/4	—	—
Pernambuco	1/4	—	—
Maranhão	1/4	—	—
Miraimichi	1/4	—	—
Pomeron	1/4	—	—
Lisboa	1/4	—	—
Goa, pelo Rio de Janeiro	2 1/4	—	—
Goa	2	—	—
Lisboa	1/4	—	—
Fayal e Terceira	1/4	—	—
Lisboa	1/4	—	—
Riga	1/4	—	—
Caminha	1/4	—	—
Pomeron	1/4	—	—

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 9 de junho de 1860. — O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 9 de junho de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

SECÇÃO DO CONTENTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento n.º 215, d'este anno, em que é recorrente Maria José, viuva de Joaquim Manuel, por seu filho Antonio, da freguezia de S. Martinho, concelho de Cintra, districto de Lisboa: hei por bem denegar provimento no mesmo recurso, a fim de que o recrutado fique sujeito ao serviço do exercito, por não lhe ser applicavel a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de maio de 1860. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme. — Antonio de Roboredo.

Para constar e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860. — José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida. — O chefe da repartição do contentencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'es-

tado pela secção do contentencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento d'este anno n.º 423, em que são recorrentes: 1.º, Francisco, filho de João Brandão, da freguezia de S. Martinho; 2.º, Antonio Joaquim Ferreira, por seu filho Antonio, da mesma freguezia; 3.º, Pedro, filho de Manuel Varandas, da freguezia de Paradelia; todos do concelho de Arganil, districto de Coimbra: hei por bem denegar provimento no dito recurso, quanto aos dois primeiros recorrentes Francisco, filho de João Brandão, e Antonio Joaquim Ferreira, por seu filho Antonio, por não aproveitarem aos recrutados a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855; e concedo-lhe ao terceiro e ultimo, Pedro, filho de Manuel Varandas, por lhe aproveitar a dita disposição da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de maio de 1860. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme. — Antonio de Roboredo.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860. — José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida. — O chefe da repartição do contentencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

RECTIFICACÕES

No Diario de Lisboa n.º 130 de 8 de junho de 1860, pag. 609, col. 4.ª, no decreto sobre recrutamento na parte relativa ao recurso n.º 223, onde diz—Maria Soares, por seu filho José, da freguezia de S. Pedro do Sul—deve ler-se—Maria Soares, por seu filho José, da freguezia de Valladares, concelho de S. Pedro do Sul.

No mesmo Diario pag. 610, col. 1.ª, linha 41, onde diz—da freguezia de Folques—deve ler-se—da freguezia de Folques e na linha 55, onde diz—da Camara, concelho de Alemquer—deve ler-se—da Carnota, concelho de Alemquer—e na linha 91, onde diz—Runo—deve ler-se—Russo.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Vallongo, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu no tribunal de contas, o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribu-

nal de contas: que mostrando-se pelo orçamento geral fl. 76 v., da receita e despesa da camara municipal do concelho de Vallongo, do anno economico de 1852 a 1853, ser computado o rendimento proprio d'esse anno na quantia de 2\$251\$470 réis: não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta que faz objecto do presente processo, em vista do disposto no n.º 2.º do artigo 11.º do decreto organico de 19 de agosto de 1859; e mandam que os respectivos papeis sejam remetidos ao governador civil do districto administrativo do Porto, a fim de se dar cumprimento á lei.

Tribunal de contas, 1 de maio de 1860. — Paiva Pereira, relator—Correia Caldeira—Sampaio—Lobo. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 11 de maio de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Zacharias Vilhena Barbosa, como recebedor do districto de Beja, desde o 1.º de janeiro até 30 de abril de 1836, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o relatório fl. 1, e liquidado fl. 6, da conta da responsabilidade de Zacharias Vilhena Barbosa, como recebedor do districto de Beja, desde o 1.º de janeiro até 30 de abril de 1836, mostrando elevar-se o debito d'esta gerencia a 95\$315\$184 réis, e o credito a 95\$303\$084 réis, d'onde resultava contra o responsavel o saldo de 12\$100 réis, originado da falta de um aviso de conformidade pelo pagamento de guias de transporte do exercito de igual importancia; vistos os documentos, recibos originaes, e respostas do interessado, que instruem o processo; e attendendo a que, pela respectiva escripturação, se acha verificado que taes guias foram effectivamente pagas e remetidas conjuntamente com outras ao thesouro publico, em virtude do disposto no artigo 7.º do decreto de 16 de dezembro de 1835: julgam o mesmo responsavel quite com a fazenda publica em relação á conta que é objecto do presente processo, na qual deverá abonar-se definitivamente a quantia duvidada.

Tribunal de contas, 8 de maio de 1860. — Paiva Pereira, relator—Correia Caldeira—Sampaio—Lobo. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 16 de maio de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

2.ª Repartição

A junta do credito publico faz saber que, desde o dia 11 até 27 do corrente, ha de receber as relações dos coupons da divida externa, vencidos no 1.º semestre d'este anno, que seus portadores preferirem receber directamente da mesma junta, devendo apresentar para esse effeito com as relações respectivas (que se distribuem na dita repartição) os coupons a que ellas se referirem, para serem conferidos, restituindo-se n'esse acto os coupons aos apresentantes, na certeza de que todos os que não forem apresentados dentro do referido praso só poderão ser pagos em Londres pela commissão de agencia.

Contador geral da junta do credito publico, 9 de junho de 1860. — No impedimento do conselheiro contador geral, José Candido de Saldanha Machado.

REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Quem quizer fornecer, a prompto pagamento, generos de mercearia, pão, lenha e toucinho para consumo do hospital militar permanente de Lisboa no proximo trimestre, poderá comparecer no dia 14 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, no referido hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa do mesmo, terá logar a arrematação com as condições n'este acto presentes.

Quem quizer fornecer, a prompto pagamento, carne de vacca para consumo do hospital militar permanente de Lisboa, pelo tempo que se convencionar,

podrá comparecer no dia 14 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, no referido hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa, terá logar a arrematação com as condições que serão presentes.

Em 6 de junho de 1860. — Francisco de Assumpção, cirurgião em chefe do exercito.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 11 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões, a compra de vinte cascos de vinho tinto e seis de vinagre, para consumo das tripulações dos navios da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 6 de junho de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

GUARDA MUNICIPAL DE LISBOA

As pessoas a quem convier arrematar o fornecimento de forragens a secco para os cavallos d'esta guarda, a contar de 1 de julho proximo futuro até 30 de junho do anno seguinte, ou pelo tempo que se convencionar, devem comparecer na secretaria da dita guarda no dia 23 do corrente mez, pelas onze horas da manhã.

Quartel geral do Carmo, 7 de junho de 1860. — José Joaquim da Silva, capitão quartel mestre, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Annuncia-se, para conhecimento dos interessados, que, tendo naufragado no dia 21 de maio nos caheas de Ponta Delgada o patacho *Liberdade*, que largára d'este porto a 28 de abril, se perderam as malas que conduzia para as ilhas Graciosa e do S. Miguel; esta ultima porém não levava mais do que duas cartas, que nos sobrescritos pediam que fossem pelo dito patacho remetidas.

Administração central do correio de Lisboa, em 9 de junho de 1860. — O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 9 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.ºMº SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 83 srs. deputados.

O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Santos Lessa, de que o sr. Teixeira de Sampaio não pôde comparecer á sessão de hoje por motivo justificado. — Inteirada.

2.º Do sr. S. M. de Almeida, de que não pôde comparecer á sessão de hontem por incommodo de saude. — Inteirada.

3.º Do sr. D. Rodrigo de Menezes, de que não compareceu á sessão de 7 por incommodo de saude, e ás tres anteriores por motivo justificado. — Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio do reino, acompanhando o caderno dos cidadãos habéis para deputados ás cortes no concelho de Santa Cruz das Flores, no districto da Horta. — Para o archivo.

2.º Do mesmo ministerio, acompanhando o processo da eleição de um deputado ás cortes, a que se procedeu no circulo n.º 160, no districto da Horta. — Para o archivo.

3.º Do ministerio da fazenda, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requeri-

mento dos segundos officios do tribunal de contas, no qual podem augmento de ordenado.—A comissão de fazenda.

4.º Do mesmo ministerio, acompanhando a nota demonstrativa do rendimento annual dos dízimos na ilha da Madeira desde 1849 a 1859, satisfazendo assim a um requerimento do sr. Gonçalves de Freitas.—Para a secretaria.

5.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento de Antonio Rodrigues Bicho, pedindo augmento de vencimento.—A comissão de fazenda.

6.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos pedidos pela comissão de fazenda relativos á fabrica de vidros da Marinha Grande.—A mesma comissão.

7.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos pedidos pela comissão de fazenda, relativos á concessão do cerço do extinto collegio do Carmo, na rua da Sophia, á ordem terceira da cidade de Coimbra.—A mesma comissão.

8.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos pedidos pela comissão de fazenda, á respeito do motivo por que tem sido consentida a particulares a fruição da Barca dos Palheiros, na estrada geral de Coimbra para a Murcella.—A mesma comissão.

9.º Do secretario geral interino da academia real das sciencias, acompanhando 143 exemplares do 18.º volume do quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal; e da 1.ª parte do 2.º volume das lendas da India, por Gaspar Correia.—Recebido com agrado, e mandados distribuir os exemplares.

10.º Uma representação da camara municipal da Azambuja e dos proprietarios e moradores de Villa Nova da Rainha, pedindo que se tornem a abrir as estações do caminho de ferro que foram suprimidas.—Ao governo, e mandada publicar no *Diario de Lisboa*.

11.º Do encarregado da visita da policia do porto de Lisboa, e mais empregados da mesma repartição, pedindo uma indemnização em compensação dos lucros que auferem dos passaportes de transito.—A comissão de administração publica.

12.º Da camara municipal de Penafiel do Castello, pedindo a construção de um ramal da estrada que ligue Mangualde com Moimenta da Beira.—Ao governo.

13.º Da camara municipal de Mondim de Basto, pedindo que o seu concelho seja elevado a cabeça de comarca.—A comissão de estatística.

O sr. *Garcia Peres*:—manda para a mesa uma representação da junta de parochia do extinto concelho de Palmella, em que pede a reintegração do seu concelho: na representação se allegam todas as razões que tem a favor da nova criação do seu concelho, e os vexames que tem soffrido principalmente sobre fimas municipaes.

O sr. *Simão Maria de Almeida*:—manda para a mesa uma representação que hoje recebeu das religiosas de Santa Maria de Semide, pedindo a rejeição do projecto apresentado pelo nobre ministro da fazenda, que permite a conversão em fundos publicos dos bens das mitras, cabidos e religiosas, ampliado já pela comissão aos seminarios e collegiadas.

Chama a attenção da camara para o indicado projecto, a fim de poder ser avaliada esta reclamação, e muitas outras que têm sido apresentadas por alguns illustres deputados.

Entende que este objecto é de alta transcendência, e que merece um maduro exame e uma seria reflexão, para o que basta ver que se vão atacar estabelecimentos que têm atravessado incólumes seculos de existência, e que talvez conviesse conservar, ou pelo menos dar-lhes uma nova forma útil e vantajosa para o paiz, porque a civilização e instrução não vem sómente de uma duzia de estradas, e de duas ou tres vias ferreas.

Não nos illudamos acreditando as lisonjeiras promessas do projecto, porque para conservar ou modificar esses estabelecimentos é infallivelmente necessario conservar-lhes os bens com o seu valor real, e não convertê-los em fundos publicos, sujeitos a oscillação do mercado, e com o valor hoje de 50 por cento, amanhã de 40, e no outro dia talvez de zero, por melhor e mais bem intencionado que seja o governo.

Além de que supõe que o projecto também ataca a propriedade d'esses estabelecimentos, adquirida por justo titulo; propriedade que o governo tem obrigação rigorosa de fazer respeitar e guardar, a não querer adoptar a doutrina dos communistas, que tem por principio e base de que a propriedade é um roubo. E n'esta parte o projecto viola manifestamente a carta constitucional, que garante a propriedade em toda a sua plenitude.

E nem a conversão se justifica inculcando-se a alienação de bens e distrato de capitães, que fazem as casas religiosas, pois quando isto assim fosse, o que prova é a omissão e desleixo do governo e seus delegados; mas não poderá nunca justificar a invasão á propriedade; e quando mesmo o estado queira considerar-se herdeiro d'essas casas, não sabe que haja escriptos de direito que sustentem que o herdeiro pôde vender ou dispor dos bens contra a vontade do usufructuario.

Finalmente tem um presentimento de que após o projecto a que acaba de referir-se, virá outro para as confrarias e misericordias, e estas com os bens convertidos em fundos publicos, não poderão ser o amparo de tantas familias desgraçadas.

As reflexões que acaba de fazer foram-lhe suscitadas pela simples leitura do projecto; pede á camara que as estude, que as peze bem, pois só assim poderá com justiça deferir ou indeferir a esta e ás mais reclamações.

O sr. *Faria Guimarães*:—manda para a mesa uma representação da academia polytechnica do Porto, sobre um negocio de que a camara se tem por vezes occupado, mas que não tem chegado a ser resolvido, que é para a criação da 6.ª cadeira d'aguel-la escola, que foi suprimida em 1844. Por iniciativa do sr. Passos (José) foi ouvida a comissão de administração publica, que deu o seu parecer em novembro de 1858; foi ouvida a comissão de fazenda, que em 13 de janeiro de 1859 declarou que era de parecer que essa cadeira devia ser restabelecida.

Manda para a mesa a representação, e na sessão seguinte renovará a iniciativa d'esse projecto.

O sr. *Bivar*:—manda para a mesa uma representação dos mesarios do compromisso de Olhão, pedindo que os barcos de pequena lotação, que, em geral, se occupam do commercio de cabotagem, mas que incidentalmente também fazem viagens a paizes estrangeiros, sejam isentos de pagar pilotagem.

Os mestres d'estes barcos são homens praticos e conhecedores não só da costa mas também da barra de Olhão; se elles não são obrigados a pagar pilotagem quando n'ella entram em virtude de operações do commercio de cabotagem, também não devem ser impellidos áquella obrigação quando incidentalmente fazem viagens a paizes estrangeiros. Além de que a razão da lei cessa no caso de que falla a representação, porque os conhecimentos praticos dos mestres d'estes pequenos barcos muito bem suprem os dos pilotos. Passa a tratar de um outro objecto.

Em tempo pediu alguns esclarecimentos pelo que toca aos impostos que os pescadores pagam. Em virtude d'elles resulta que no concelho de Portimão, districto de Faro, foi lançada uma decima indus-

trial aos mestres dos barcos de pesca. Assim que ao governo constou isto elle mandou cessar um tal lançamento, porque era feito contra lei. Louva o sr. ministro da fazenda por este seu procedimento, e felicita-se a si mesmo por lhe haver procurado occasião de praticar um acto de justiça; mas o que de-sejava era que s. ex.ª completasse a sua tão louvavel acção, ordenando que se restituísse aos mestres dos barcos o que indevidamente lhes foi exigido. Se elles não recorrem em tempo, como o fizeram as empresas poderosas, é porque são quasi todas pessoas miseraveis, que não têm meios para fazer valer os seus direitos. Assim como tem obrigação de pagar aquelle que deve, é também um acto de moralidade restituir o que indevidamente se recebeu. Se o sr. ministro ler estas poucas palavras d'elle, orador, no *Diario de Lisboa*, espera que tão justa reclamação seja attendida. Manda para a mesa um projecto de lei.

O sr. *Conde da Torre*:—manda para a mesa uma nota de interpellação.

O sr. *Baldino*:—envia para a mesa uma representação de D. Emilia Augusta de Gouveia Leal, viúva do tenente general Fernando da Costa Leal, pedindo uma pensão, allegando para isso os muitos serviços prestados á causa da liberdade por seu marido.

Continuando, sente que não esteja presente o sr. ministro da marinha para fazer algumas considerações.

Prepara-se uma expedição composta de um grande pessoal para ir para Angola, quando seria muito mais proveitoso mandar autoridades e sacerdotes com instrução e com principios de religião para ensinar os indigenas, chamando-os á civilização.

Esta expedição, como está preparada, é inútil, porque ella não ha de corresponder aos fins que o governo tem em vista.

Não se oppunha a que se mandasse alguma gente para ir occupar certos pontos da provincia, como S. Salvador do Congo, aonde já tivemos missionarios, o Bembe aonde temos uma exploração importante de minas de cobre, e o Ambriz aonde temos autoridades administrativas e judicias, e onde se precisa que haja segurança; mas mandar uma expedição composta de tantos individuos, e que ha de absorver os rendimentos da provincia, é uma grande calamidade para ella e para o paiz.

Não quer cançar mais a attenção da camara; só deseja que sobre este objecto fiquem consignados os seus sentimentos, para que os seus constituintes vejam que sente amargamente que se não dê a direcção que é preciso dar-se nas actuaes circumstancias aos negocios que affectam aquella provincia.

O sr. *Lopes Branco*:—manda para a mesa uma representação da veneravel ordem terceira de S. Francisco da cidade do Porto, na qual esta corporação respeitavel pede mais uma vez á camara, que tome alguma medida, pela qual se lhe pague o seu indeminse a somma importante que conserva nos seus cofres de papel moeda. Acrescenta, que a este respeito ninguém podia dizer nem podia pedir mais, do que se tem dito e pedido; e por isso se limita por agora a pedir que a representação seja enviada á comissão de fazenda, para a tomar na consideração que é de justiça.

O sr. *Jacome Correia*:—manda para a mesa algumas representações de diversas camaras municipaes das ilhas dos Açores, contra a supressão da relação dos Açores.

O sr. *José Estevo*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Pombal, em que sustenta a conveniencia de que passe por aquelle sitio a directriz do caminho de ferro do norte.

Manda também um requerimento de Joaquim Jorge Pinto, que tendo servido n'um batalhão de voluntarios, e tendo sido alferes de caçadores n.º 12, deixou o serviço militar para ter diferentes empregos civis, e tendo-se impossibilitado, e não podendo continuar n'esta carreira, pede se lhe conceda ao menos o soldo de praça de pret.

Manda por ultimo uma representação assignada por alguns militares, os quaes se queixam das disposições que tem sido tomadas a respeito do monte pio d'esta classe, e pedem providencias para que ás suas viúvas sejam feitas as mesmas concessões que são feitas ás viúvas dos generaes.

O sr. *Plácido de Abreu*:—pede que se renovem com urgencia todos os requerimentos que tem feito pedindo esclarecimentos ao governo, e principalmente pelo ministerio das obras publicas, que ha um anno ainda não vieram.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 45, SOBRE A CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

O sr. *Faria Guimarães*:—continuando o seu discurso, sobre a ordem, interrompido hontem, manda para a mesa as seguintes propostas, fazendo sobre cada uma d'ellas diferentes reflexões.

Propõem as seguintes emendas á tabella A: Aguardente de qualquer especie, gencbra (fabricante de) empregando generos que não sejam da sua produção:

Com aparelhos de destillação continuada..... 10\$000

Sem os ditos aparelhos..... 2\$000

Almocreve ou recoveiro..... 500

Cada cavalladura..... 500

Azeite de oliveira (fabricante de) Não sendo a azeitona de lava sua 5 por cento da renda liquida de todas as despesas..... 5%

Cera e mel (creador de) o que fizer da criação a sua principal industria..... 30\$0

Cada cortiço..... 30\$0

Companhia anonyma..... 30\$0

Quando os estabelecimentos sejam exclusivamente fabricis, pagaráo 5 por cento..... 5%

Cortumes..... 5%

Em lugar de 600 réis que propõe a comissão..... 300

Empregados publicos de corporações ou estabelecimentos não subsidiados pelo estado: Até 300\$000 réis de ordenado 3 por cento..... 3%

D'esta quantia para cima mais 1 por cento de cada 100\$000 réis até ao maximo de 10 por cento. Fiação de algodão, lã ou linho (fabrica de) Cada dez fuzos movidos por agua, vapor ou cavalladuras, quer sejam para trama, orditura ou para torcer..... 500

Cada dez fuzos movidos á mão..... 50\$0

Menos de dez fuzos nada pagam.

Leite..... 5%

Eliminado todo o imposto da tabella.

Linho (estabelecimento de assedar)..... 800

Cada operario..... 800

Moinhos, azenhas ou atafonas onde se moe o grão 5 por cento da respectiva renda liquida de todas as despesas, não se contando o valor da muagem de que se não leva maquia em moinhos particulares..... 5%

Papel para escrever ou imprimir (fabrica de) Sendo continuo e com motor a vapor ou agua, até a força motora de seis cavallos de vapor exigida pelos respectivos machinismos..... 12\$000

Cada cavallo de vapor a maior..... 1\$000

Não sendo continuo, qualquer que seja o motor, cada tina..... 4\$000

Papelão ou papel pardo (fabricante de)..... 3\$000

Cada tina..... 3\$000

Rolhas de cortiça (fabricante de)..... 4\$000

Tendo até cinco operarios..... 4\$000

Cada operario mais..... 500

Seges, carruagens, caleças, liteiras, diligencias e outros vehiculos semelhantes (alugador de)..... 500

Cada cavalladura, nas terras de 1.ª ordem..... 2\$000

Nas de 2.ª dita..... 1\$500

Nas outras..... 1\$000

Serrar madeiras ou pedras (fabrica de)..... 1\$000

Com machinismo completo a vapor ou agua até a força motora de seis cavallos de vapor..... 12\$000

Cada cavallo de vapor a maior..... 1\$000

Por agentes braçoos ou pequenos e accidentaes motores de agua, cada operario..... 800

Tecidos de algodão, linho, lã, ou seda, (fabrica de) Cada tear á mão..... 300

Á nota 1.ª acrescentar o seguinte—de identicas industrias.—

Aditamento:..... 300

Nota 8.ª As fabricas ou estabelecimentos fabricis, não carecem de alvará para serem classificados como taes pela juntas de repartidores.—*Faria Guimarães*.

Propõem as seguintes alterações á 1.ª parte da tabella B:

Bazar de mercadorias novas, passe para a classe 3.ª

Idem de mercadorias velhas..... 4.ª

Corretor de cambios, etc..... 3.ª

Cordoeiros, etc..... 4.ª

Engenheiro civil..... 5.ª

Guarda livros ou primeiro caixeiro de escriptorio..... 5.ª

Adelão com estabelecimento..... 6.ª

Alfaiate ou algebebe com armazem de fazendas e fato feito..... 4.ª

Idem só com fato feito..... 7.ª

Cutelleiro com estabelecimento..... 7.ª

Caca..... 8.ª

Fructas e hortaliças..... 8.ª

Graxa e grude..... 8.ª

Faria Guimarães.

Propõem as seguintes alterações á 3.ª parte da tabella B:

Botões e colchetes de qualquer qualidade (fabricante de)..... 12\$000

Com machinas a vapor ou agua até a força motora de seis cavallos de vapor..... 12\$000

Cada cavallo de vapor a maior..... 1\$000

Sem motor a vapor ou agua..... 6\$000

De metal excepto chumbo ou estanho..... 6\$000

De chumbo, estanho ou outra qualquer materia..... 3\$000

Fundição de objectos de grandes dimensões de bronze, cobre, ferro e outros metaes não preciosos (em paridade de)..... 3\$000

Com motor a vapor cada cavallo de vapor até seis..... 12\$000

Cada cavallo a maior..... 1\$000

Sem motor a vapor..... 15\$000

Mestre de fabrica, não sendo dono ou empregado..... 5\$000

Idem de officina, não sendo dono ou empregado..... 2\$000

Cerveja ou bebidas gasosas (fabrica de)..... 15\$000

Faria Guimarães.

Propõem a seguinte emenda á tabella B:

Taxas, segundo a ordem das terras, determinada pela quantidade de habitantes

CLASSE	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª
	ORDEM	ORDEM	ORDEM	ORDEM	ORDEM	ORDEM
	100.000 e mais	50.000 a 100.000	4.500 a 50.000	2.000 a 4.500	500 a 2.000	500 e menos
1.ª	48\$000	32\$000	24\$000	20\$000	16\$000	8\$000
2.ª	32\$000	24\$000	16\$000	12\$000	10\$000	5\$000
3.ª	24\$000	16\$000	10\$000	8\$000	7\$000	3\$000
4.ª	16\$000	10\$000	7\$000	6\$000	4\$000	2\$000
5.ª	10\$000	7\$000	4\$000	3\$000	2\$000	1\$000
6.ª	7\$000	4\$000	3\$000	2\$000	1\$000	500
7.ª	4\$000	3\$000	2\$000	1\$000	500	200
8.ª	3\$000	2\$000	1\$000	500	200	100

Faria Guimarães.

Aditamento ao artigo 5.º

§ 3.º As machinas ou instrumentos agricolas só serão tributadas quando constituirem a principal industria de seu proprietario.—*Faria Guimarães*.

São admittidas e enviadas á comissão.

O sr. *Ararão Mascarenhas*:—votou pela generalidade do projecto em discussão, por estar convencido da bondade do principio que faz a sua base. Effectivamente a propriedade em Portugal achase relativamente muito sobrecarregada á vista da industria, e é justo que se estabeleça a igualdade entre os diversos contribuintes.

Não deixou porém de votar sem algum sacrificio, porque não deve occultar que lhe tem feito impressão as muitas representações que por parte dos povos têm sido mandadas á camara, pedindo que se não approvem as medidas de fazenda. Estas representações, com quanto não possam obrigar a consciencia dos deputados, e impedi-los de votar no sentido que entenderem, são com tudo muito respeitaveis pelos milhares de individuos que n'ellas vem assignados, e é preciso que da parte dos deputados haja toda a circumspecção na votação d'essas medidas, tendo muito em consideração as razões allegadas n'essas representações.

Os povos não se negam a pagar as contribuições, quando vêem que ellas são applicadas aos melhoramentos publicos, quando vêem que o governo não distrahe da applicação legal, e quando vêem que o governo é o primeiro interessado em zelar a sua bolsa, e em promover por todos os meios possiveis o seu bem estar.

Não entende que fosse esta a occasião propria de se discutir este projecto; parecia-lhe que o governo não devia vir pedir tributos em grande escala, sem primeiramente apresentar ao paiz minuciosamente o estado da fazenda publica; o que se não pôde conhecer pelo relatório do sr. ministro da fazenda, mas sim por um largo e minucioso exame do orçamento; e sem que estivesse discutido largamente, e sem que tivesse callado no animo de todos os povos que não era possivel re-duzir mais as despesas, não se deviam pedir novos tributos. Feito isto assim, os deputados não hesitariam em votar os meios que fossem precisos, e voltariam para as suas localidades, e apresentar-se-iam aos seus constituintes com a consciencia tranquilla de que tinham cumprido o seu dever.

Primeiro que se vote uma lei de tributos é necessario convencer o paiz da sua necessidade, e mostrar-lhe que não ha outro meio a seguir; mas é isto que ainda se não provou.

O sr. Affonseca fallou aqui no immenso contrabando que se faz no paiz, devido ao estado da pauta, e de que resulta um gravissimo prejuizo para o estado. Entendendo que este objecto tem intima ligação com o projecto que se discute, pede licença para dizer, em abono do quadro apresentado pelo sr. Affonseca, que no districto onde exerceu a jurisdição de governador civil, só deixa de se fazer contrabando sobre aquellos objectos acerca dos quaes o contrabandista não tira interesse algum.

Houve em um concelho importante do districto de Beja um administrador muito zeloso e activo, que se compromettia a acabar com o contrabando de aguardente no seu concelho se elle, orador, lhe pizesse á sua disposição dez soldados de cavallaria; officiou n'este sentido ao sr. ministro da fazenda, soube que o sr. ministro requisitou esta força ao seu collega da guerra, mas nunca foi satisfeita esta requisição, resultando d'aqui continuar o contrabando na maior escala possivel.

Entende que muitos centos de contos de réis haviam de vir ao thesouro, se se dispendesse mais alguma cousa com a fiscalização das alfandegas. Se este projecto tivesse vindo á discussão em primeiro lugar; se tivesse precedido outros projectos de fazenda, talvez não tivesse tanta duvida em lhe dar o seu voto, mas vindo depois de outros que manifestam tendencia de um despotismo fiscal, não pôde votar por elle como está.

Pondo porém de parte estes escrúpulos votou-o na generalidade; e ha de votar na especialidade tudo aquillo que a sua consciencia lhe permittir.

Espera que, da parte do governo e da comissão de fazenda, ha de haver todo o desejo em attender ás propostas que alguns srs. deputados têm apresentado; não podendo contudo exigir que attendam a todas, de forma que destruam de todo a sua obra, porque quando a comissão e o governo apresentarem as suas opiniões, é porque estavam convencidos da sua utilidade; mas deseja muito que acitem algumas das propostas apresentadas, e que modifiquem alguma cousa as disposições do projecto, por interesse publico, e pelo proprio interesse do governo.

Conclue sustentando e mandando para a mesa as seguintes propostas ao artigo 3.º:

«Propõem que na tabella A seja eliminado o artigo que, com a denominação—cera e mel—tributa a criação das abelhas com 50 réis por cortiço.

Propõem que na mesma tabella, e no artigo aguardente, se acrescente: o cultivador de vinhos não pagará contribuição alguma da sua aguardente.

Propõem que no artigo arroz, na mesma tabella, se acrescente: o lavrador que tiver estabelecimento para descascar somente o arroz da sua lavra não pagará esta contribuição. Os moinhos, que se empregarem em fazer farinha, não serão tributados pelo descasque de arroz, de que por ventura se occupam uma parte do anno, que não excede a seis mezes.

Propõem que na mesma tabella, ao artigo azeite, se acrescente: exceptuase d'esta contribuição o lavrador que tiver somente lagar como accessorio da cultura que faz de oliveira ou de qualquer planta oleaginosa.

Propõem que, no artigo farinhas, em logar de =20\$000 réis—se diga=10\$000 réis.

Propõem que, na mesma tabella, o artigo moinhos, azenhas, etc., seja substituido pelo seguinte: moinhos, azenhas ou atafonas, onde só se moe grão quando andarem arrendados, pagará o rendimento 6 por cento de renda.—*Ararão Mascarenhas*.

São admittidas para irem á comissão.

O sr. *Vaz da Fonseca*:—sustenta e manda para a mesa a seguinte emenda:

«Propõem que na tabella se façam as alterações seguintes:

Fornos de cal

Fornos de telha e tijolo e moinhos—6 por cento do seu rendimento liquido.

Fabricante de vassouras, excluido.—*Vaz da Fonseca*.

É admittida para ir á comissão.

O sr. *Chamigo*:—apresenta as seguintes propostas e alterações ás tabellas, e defende-as, indicando a necessidade de reformar a disposição que classifica em 1.ª classe os negociantes de importação e exportação, porque a sua conservação produziria graves injustiças, e abrangia categorias que rasoavelmente pertencem, ou podem distribuir-se em quatro ou cinco classes diversas.

A passagem de algumas das profissões para classes mais baixas, também é indispensavel, porque por exemplo, os corretores, se se exceptuarem dois ou tres individuos em Lisboa, mal podem classificar-se em classe mais elevada do que aquella que elle agora propõe.

Os bacalhoeiros, classe muito numerosa no Porto, podiam acaao com o imposto de 20\$000 réis annuaes que a comissão lhe propõe, quando a grande maioria d'elles, apenas lucram do seu commercio o preciso para viverem? Espera que a comissão ha de attender com justiça esta indicação.

Casas de saude, tão raras no paiz e tão uteis á humanidade, devem acaao ser collocadas na 2.ª classe? Se não querem isenta-las de todo o imposto, como seria humanitario e util, deem-lhes ao menos uma collocação menos onerosa.

Manda pois para a mesa as seguintes propostas:

TABELLA B

Taxas, segundo a ordem das terras, determinada pelo numero de habitantes

yuntamiento de Madrid

vae assignada por os diferentes srs. deputados dos Açores e Madeira, que se for aprovada, formará um artigo adicional a esta lei, e é a seguinte:

«Esta lei só terá execução nas ilhas dos Açores e Madeira, quando se verificar a extinção dos dizimos.»—Visconde de Portocarrero—Affonso—L. de Freitas Branco—P. Jacome—P. R. Dias da Silva—F. M. R. Bicaldo Correia—J. M. Latino Coelho.

Para sustentar a proposta que manda para a mesa, bastaria o proprio parecer da illustre commissão de fazenda, no relatório que o precede. Diz ella no mesmo relatório: «Não ha criação de impostos novos, nem augmento desproporcional e gravoso de alguns dos antigos, trata-se só da substituição da decima industrial, e do maneo pela contribuição industrial.» Estabelecendo a commissão estes principios, a consequencia logica seria, que assim como se não applicou por agora ás ilhas a contribuição pessoal, que lá não existia, em quanto se não tornasse efectiva a extinção dos dizimos, o mesmo devia fazer-se quanto á contribuição industrial, e ao maneo das fabricas, que também lá não existe.

As contribuições que se cobram nos Açores e Madeira, como se vê dos orçamentos, são alem dos direitos recebidos nas alfândegas as seguintes: dizimos, decima urbana, quinto, subsidio litterario, direitos de mercê, matrículas e cartas, sisas, direitos de transmissão, sellos de papel sellado, sellos de verba, multas judicias, imposto sobre o pescado, real de agua, direitos sobre o consumo da carne, o finto na ilha da Madeira, e o quarto da maquia na ilha de S. Miguel. Quanto a decima industrial não vê nos orçamentos do estado semelhante verba.

Como é especial a legislação dos impostos directos nos Açores e Madeira, a camara ha de permitir que de alguns esclarecimentos para avaliar a justiça da sua proposta.

Quando as cortes de Lisboa em março de 1646 votaram a contribuição da decima para as despesas da guerra da restauração, julgou-se conveniente que os Açores e Madeira fossem dispensados d'aquelle imposto, e de accordo com os procuradores das ilhas assentou-se que ellas fossem quotizadas nas sommas, que lhes devesse tocar *pro rata*, avistando entre si os moradores de cada uma d'ellas sobre o modo menos gravoso de satisfazer a dita quotização annual. Consequentemente por carta regia de 31 de agosto de 1646, dirigida á camara de Ponta Delgada, foi fixada para esta ilha e a de Santa Maria a quota annual de 10.000 cruzados. Em 14 de novembro de 1650 foi accordado entre as pessoas da governança da ilha um regimento para a arrecadação de varias finitas que prefizessem aquella somma, e foi aprovado por um alvará do mesmo anno. Consistiam ellas em uns tantos por cento sobre a exportação do trigo, cevada, farinha, couros, linho e pannos, e sobre a importação de azeite doce, vinhos, etc.; e bem assim o quarto de maquia em cada alqueire de terra que se moesse, e real de agua do vinho, que era 5 réis em cada canada de vinho, e mais 5 réis em cada libra de carne.

Por alvará de 7 de maio de 1660 se ordenou o augmento da contribuição, e com effeito desde aquella data até ao anno de 1667, em que se mandou suspender o donativo, como então lhe chamavam, continuou S. Miguel a pagar este augmento. Como quer que fosse, em lugar de terminarem as finitas, continuaram a perceber-se, e mais tarde, em 1808, por alvará de 27 de junho do mesmo anno, se ordenou o pagamento da decima urbana, de modo que ficaram as ilhas pagando a decima urbana, como o reino, e mais as finitas equivalentes em parte da dita decima de que haviam sido dispensadas.

Por occasião do decreto de 22 de abril de 1832 cessou na alfândega o pagamento do imposto sobre as entradas e saídas, mas quanto aos outros impostos locais continuaram a ser arrematados e cobrados pela fazenda.

Entende que é preciso acabar com esta anomalia da diversidade de sistema tributario nas provincias do mesmo reino; mas em quanto se não realisa a extinção dos dizimos, não ha razão alguma para agravar essa anomalia. O governo apresentou uma proposta para essa extinção, a commissão não deu ainda o seu parecer, mas quando o d, achando-se os dizimos arrematados terá de continuar esse imposto até findar o tempo das arrematações, e ao mesmo tempo serão as ilhas oneradas com um tributo novo que nunca ali se tem pago, a pretexto de regular os impostos existentes, quando lá não existiam taes impostos, e se o parlamento por ventura não approvar a extinção dos dizimos, ficarão muito mais gravadas continuando a pagar os mesmos dizimos e o tributo novo da contribuição industrial.

O sr. Presidente—observa que o sr. deputado se deve restringir aos artigos que estão em discussão.

O Orador—está na ordem fundamentando a proposta que mandou para a mesa, mas não insistirá em sustentar a materia do artigo, e pede que o sr. presidente lhe reserve a palavra para quando, discutidos os mais artigos da lei, se tratar do dito artigo adicional; o seu fim está preenchido sobre a moção de ordem que era prevenir-se contra qualquer eventualidade que o privasse de mandar para a mesa a sua proposta.

O artigo adicional é admittido á discussão, para ser considerado oportunamente.

O sr. Silva Andrade—manda para a mesa as seguintes emendas, declarando que não apresenta outras para não repetir aquellas que já foram apresentadas por outros srs. deputados:

Emendas ás tabellas do projecto n.º 45

TABELLA B

Na tabella para a classificação das terras, nota, onde se diz—para os effeitos desta tabella a população de qualquer cidade, villa ou povoado—proponho que se elimine a palavra povoado, de forma que só se conte para a classificação das cidades e villas a população de fora d'ellas, que faça parte das freguezias com sede nas mesmas cidades e villas, e que nunca esta se conte para a classificação das povoações rurais.

Na parte 1.ª da mesma tabella

NA 3.ª CLASSE

Alfaiate ou algebebe com armazem de fazendas ou fatio feito: proponho que se acrescente—tendo seis officios dentro ou fora do estabelecimento—passando á 5.ª classe os alfaiates com fazendas ou fatio feito, sem a circumstancia de terem seis officios, ficando assim equiparados com os mercados de fazendas de lã.

NA 4.ª CLASSE

Botequim com sorvetes, bilhar, etc.—se diga só—botequim com sorvetes—; passando á 5.ª classe botequim com bilhar ou outros jogos.

NA MESMA 4.ª CLASSE

Cerheiro que passe á 5.ª classe.

NA 5.ª CLASSE

Officias de quaesquer officios ou artes designados n'esta tabella, acrescente-se—que trabalhem fora do estabelecimento de mestres, ou que tenham n'estas algums direcção.

NA TABELLA A

Proponho que alem de serem isentos de taxas os empregados de estabelecimentos subsidiados pelo estado, o sejam também o de todas as misericordias e hospitais; assim como que sejam também isentos os empregados e alagadores, transportes accelerados, ou os fornecedores de cavalgaduras para elles em quanto ás que tiverem nas estações de mudas, unica e exclusivamente para maior acceleração dos transportes.—Silva Andrade.

São admittidas para serem enviadas á commissão.

O sr. Teixeira da Motta—como signatario das propostas do seu illustre collega e particular amigo o sr. Pereira de Carvalho de Abreu, não pôde deixar de dar as razões que o obrigaram a firmá-las, e que o induzem a votar por ellas.

É uma verdade incontestavel que a industria agricola é a que está mais tributada: ninguém o usará negar isto, e que o projecto em discussão tende a equiparar o imposto das outras industrias com o d'esta, o que é razoavel e justo. Mas pelo actual projecto vae-se igualmente augmentar o imposto á propriedade agricola.

Tem já por vezes ouvido n'esta casa que a propriedade agricola pôde e deve pagar mais, porém sustentará que está já muito tributada, e que na actualidade não pôde pagar mais.

Não nos iludamos: o lavrador, especialmente nas provincias do norte, aonde a propriedade está muito dividida, está reduzido a metade da sua renda, e em algumas localidades a menos ainda, em razão da molestia das vides, e da dos castanheiros, ao mesmo tempo que paga o mesmo imposto de contribuição predial, acrescentado ainda com o do extincto subsidio litterario, que se fez pesar sobre os concelhos vinhateiros, os quaes por isso foram condemnados a pagar o imposto de um genero que não têm.

O maior rendimento do lavrador nas provincias do norte é o vinho, e com este producto que elle pagava as contribuições, é com elle que elle acudia ás suas despesas ordinarias e extraordinarias. Privado d'esta receita com a molestia das vides, e com a morte dos castanheiros, que no Minho são considerados essenciaes para este producto, que tem accretado? Que para pagamento dos impostos, e mais despesas necessarias, tem recorrido, e está recorrendo, a empréstimos, e por tal modo, que a propriedade está onerada com hypothecas como nunca esteve.

Saiba a camara que as hypothecas, com que está gravada no distrito de Braga a propriedade immovel, montam á cifra de 4.774.667.931 réis, pertencendo d'esta divida aos predios urbanos 438.736.337 réis, e aos rusticos 4.335.931.581 réis: consta isto de certidões authenticas, passadas pelos escriptores da administração de cada um dos concelhos do distrito, á face dos dez annos, que tiveram principio em janeiro de 1849, e findaram em igual dia e mez de 1859. Esta é a divida constante de escripturas publicas, e a quanto não subirá a que contrahida por letras, e escriptos particulares?

O lavrador não contrahia estas dividas para negociar com o dinheiro, é para pagar os impostos e para acudir ás demais despesas ordinarias e extraordinarias, e especialmente ás da fabrica da sua lavoura; e muito feliz é ainda em encontrar estes capitais nas corporações, que sómente lhe exigem o juro da lei, e que nunca o vexam, uma vez que este lhe seja satisfeito. Ora, se do rendimento collectavel apurado nas matrizes predias deduzirmos o juro d'esta divida, a quanto ficará reduzido este mesmo rendimento?

Em taes circumstancias é da maior justiça, que não agravemos a triste sorte da classe agricola, e é por isso que elle, orador, e o seu illustre collega o sr. Pereira de Carvalho de Abreu, propõem que na tabella A se declare, que no n.º 1.º se comprehende sómente a aguardente de vinho e ginebra; que se reduzam a dois terços nas terras de 5.ª e 6.ª ordem as taxas de 5.000 réis, 1.000 réis e 1.200 réis, e que a aguardente de bagaço de vinho, ou de outras quaesquer especies fique sujeita a metade d'estas taxas; e que o lavrador seja isento do imposto pelo fabrico de aguardente de vinho, bagaço ou outros fructos de sua lavoura; que as fabricas de azeite (n.º 6.ª e 7.ª), os lagares de espremer cera (n.º 13.ª), os moinhos, azenhas ou atafones (n.º 31.ª), e as fabricas de serras madeiras, ou pedras (n.º 42.ª), em vez das taxas marcadas n'esta tabella, pagarão o imposto de 10 por cento do respectivo rendimento liquido das despesas para reparos e concertos.

É tanto mais justa esta modificação, quanto estes objectos têm sido já avaliados para a confecção das matrizes predias, como inherentes aos mesmos predios, e é summamente injusto que elles sejam duas vezes collectados.

No Minho poucos são os lavradores que não tenham o seu moinho, que muitas vezes sómente lhes serve para moer pão para o seu sustento, e a maior parte d'elles moem só uma pequena parte do anno em razão de lhe escassear a agua. O mesmo acontece com as fabricas de azeite que na provincia do Minho, quando não dão perda, são de limitadissimo interesse.

Os alagadores de carros de bois, ou cavalgaduras, e de gado cayallar, ou mular nas terras de 5.ª e 6.ª ordem também merecem ser allivados na conformidade da proposta, por isso que estas industrias nas aldeias não são exercidas continuamente e permanentemente durante o anno, e por isso os seus lucros se reduzem a muito pouco.

A industria da cera e mel merece ser attendida e allivada, para que não acabe; é com muito trabalho que ella se exerce, e está exposta a muitas eventualidades, como o roubo dos corticos que de ordinario existem nos montes, e a morte das abelhas durante o inverno, acontecendo que a cada passo perde toda a sua fortuna, o que exerce esta industria em grande. Quasi todos os lavradores têm colmeias para terem o mel preciso para o gasto da sua casa, e é injusticia que estes paguem por ellas taxa alguma.

Todas as demais industrias constantes da segunda parte da proposta, é do toda a justiça que sejam modificadas na forma que se propõem, em attenção a que são exercidas em terras aonde o consumo dos generos é muito limitado, e os lucros apenas chegarão para uma muito parca sustentação.

Não se demora em apreciar cada uma das especialidades, para não roubar o tempo á camara, por isso que esta materia tem sido soavelmente desenvolvida pelos illustres deputados que o têm precedido, e porque tem toda a esperança de que a camara fará justiça ás poderosas razões em que estão fundadas estas propostas.

Manda para a mesa o seguinte additamento á sua segunda proposta sobre a tabella A:

Depois das palavras—reparos e concertos—diga-se—ficando extincto e substituido por este o imposto predial a que até aqui estavam sujeitos os moinhos, azenhas e lagares.—Domingos de Barros Teixeira da Motta—Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu.

É admittido para ir á commissão.

O sr. Pinto Martins—requer que se julgue discutida a materia, ficando salvo aos srs. deputados o mandarem para a mesa as emendas que quizerem para serem consideradas pela commissão.

Consultada a camara, resolve affirmativamente por 73 votos contra 24.

O sr. Presidente—convida os srs. deputados inscriptos para mandarem para a mesa as suas propostas.

São mandadas para a mesa as seguintes propostas:

«Proponho:

1.º Que na distribuição das povoações para os effeitos d'esta lei, em lugar de se adoptar por base a população, se faça antes uma classificação expressa, pelo methodo proposto pelo governo, com as convenções que justas forem.

2.º Que a adoptar-se como base da classificação

o numero de habitantes, alem das seis ordens de povoações propostas na tabella B, se estabeleça mais uma para as povoações de 4.500 a 7.500 habitantes, ficando de 3.ª ordem as povoações de 7.500 a 50.000 habitantes, e regulando-se n'esta conformidade as taxas da mesma tabella.

3.º Que se consigne expressamente, que a imposição das taxas nos casos do n.º 1.º, aguardente, n.º 6.º, azeite de oliveira, e n.º 31.º moinhos, da tabella B, só é applicavel quando se fabrica ou moe em exercicio de industria.

4.º Que na tabella A n.º 40.º, cebo, sendo a fabricação de qualidade inferior, seja a taxa simplificada de 500 réis por cada operario; e que o n.º 45.º, telha, seja de 1.8500 réis até 3 operarios.

5.º Que na tabella B se altere a classificação das seguintes industrias, profissões, artes e officios, a saber:

4.ª CLASSE

Cerheiro—Colloque-se na 6.ª classe.

5.ª CLASSE

Açougue.

Advogado.

Alagador de moveis.

Chá.

Chapéus.

Cirurgião.

Ferragens.

Massas.

Médicos.

Merceiro.

Papel.

Toucinho.

Colloquem-se na 6.ª classe, ou regulem-se as taxas de modo que não excedam a 4.000 réis nas povoações de 4.500 a 7.500 habitantes, que conforme a 2.ª proposta ficam de 4.ª ordem, fazendo-se também a redução proporcional nas povoações de ordem inferior.

6.ª CLASSE

Alfaiates.

Botequim.

Couros cortidos.

Linho.

Licoreas.

Mestre de obras.

Ouvires.

Padeiro.

Sollicitador.

Tanoaria.

Colloquem-se na 7.ª classe, ou regulem-se as taxas de modo que nas sobreditas povoações não excedam a 2.000 réis.

7.ª CLASSE

Carvão.

Legumes.

Musico.

Sal.

Colloquem-se na 8.ª classe.

8.ª CLASSE

Officias.—Colloquem-se na tabella A, e imponha-se-lhes como taxa o equivalente a dois dias de trabalho.

Não proponho outras modificações, visto serem enunciadas em outras propostas.

Palacio das cortes, em sessão de 9 de junho de 1860.—O deputado por Villa Real, Antonio Tiburcio Pinto Carneiro.

É admittida para ir á commissão.

«Para o caso que se não modifiquem as taxas, classificações de industria, e distribuição de povoações nos termos annunciados n'esta e em outras propostas, proponho que se consigne na lei a seguinte disposição:

«E outrossim o governo, ouvida a direcção geral das contribuições directas, a secção administrativa do conselho d'estado, os conselhos de districto, delegados do thesouro, e camaras municipales respectivas, autorisado a reduzir provisoriamente até 50 por cento todas ou algumas das taxas impostas a todas ou algumas das diferentes industrias, profissões, artes e officios, a que esta lei se refere, em todas ou algumas das povoações, quando os interesses o requererem, e devidamente justificados que as mesmas taxas excedem a justa quota correspondente aos seus respectivos lucros.»—Pinto Carneiro.

É admittida para ir á commissão.

Emenda para ser collocada, ou attendida nos logares convenientes

São eliminadas das tabellas A e B todas as industrias complementares da agricultura que não forem exercidas em separado.—L. A. Rebello da Silva—Anselmo José Bramcamp—Gomes de Castro—Ferreira de Miranda—C. José Nunes—J. A. Maia—F. R. Moraes Soares—Visconde de Portocarrero—J. T. Lobo d'Avila—Affonso Botelho—Carlos Bento da Silva.

É admittida para ir á commissão.

PROPOSTAS

TABELLA B

Art. Arroz—diga-se—Arroz (estabelecimento principal destinado a descascar) cada par, etc.—

Art. Cal e gesso—acrescente-se—cozendo em todas as estações do anno; e fazendo-o só durante os mezes de estio e outono, metade d'estas taxas.—

Art. Empregados publicos de corporações, etc.—

adite-se—com ordenado superior a 200.000 réis 5 por cento dos seus vencimentos.—

Art. Telha e tijolo (fabricante de)—acrescente-se—que trabalhe mais de tres mezes successivos, etc.—

E no fim adite-se—não trabalhando mais tempo sómente um terço d'estas taxas.—

TABELLA B

2.ª CLASSE

Art. Gado vacum, para que seja collocado na classe 6.ª

3.ª CLASSE

Art. Gado suino, que passe para a classe 6.ª

4.ª CLASSE

Art. Gado cavallar ou mular, que passe para a classe 6.ª

5.ª CLASSE

Art. Gado ovelhum ou caprum, para que seja collocado na classe 7.ª

6.ª CLASSE

Art. Lã, para que seja collocado na 6.ª classe.

7.ª CLASSE

Art. Gado asinino, para que seja collocado na classe 7.ª—Agostinho Canella—A. de Carvalho.

TABELLA A

Art. Alcatrão—substituição—Alcatrão, breu e outras materias resinosas (fabrica de), tendo mais de dois operarios 600 réis de cada operario a mais.—Agostinho Canella—A. de Carvalho.

São admittidas para irem á commissão.

O sr. Latino Coelho—pergunta se ha uma nova inscripção sobre a materia, por quanto sendo assim, quando fallar sobre a materia apresentará a sua proposta.

O sr. Presidente—declara que não ha inscripção sobre a materia, porque aquelles senhores que tinham pedido a palavra sobre a materia converteram-na em palavra sobre a ordem.

O sr. Moraes Carvalho—mas está a materia discutida, e então acabou-se o negocio (muitos apoiados).

O sr. Rocha Peixoto (sobre o modo de propor):—requer que se leia a proposta que foi feita para que entrassem em discussão os tres artigos que têm sido assumpto do debate, conjuntamente com as tabellas, e a deliberação da camara sobre esta proposta.

Depois de se ir buscar á secretaria a acta da sessão do dia 5 d'este mez, é lida na mesa.

O sr. Rocha Peixoto—propõe que todas as substituições, emendas e additamentos vão á commissão para sobre elles dar o seu parecer, e que quando venha este parecer e se vote sobre elle, se vote também sobre os artigos que têm estado em discussão.

O sr. Lobo d'Avila (sobre o modo de propor):—não lhe parecendo que se tivesse entendido de um modo bem explicito que a discussão sobre a materia estava terminada, pede ao sr. presidente que lhe diga se a camara votou que se acabasse a inscripção sobre a ordem ou sobre a materia, por quanto não cre que seja conforme com o regimento o fechar-se a discussão sobre a materia sem terem tido a palavra aquelles srs. deputados que estavam inscriptos.

O sr. Presidente—já informou a camara de que os srs. deputados inscriptos sobre a materia tinham convertido a palavra, que haviam pedido, para fallarem sobre a ordem; mas como o sr. deputado duvida de que a resolução tomada pela camara, julgando a materia discutida, abranja toda a materia dos artigos sujeitos á discussão, vae consultar a camara sobre se entende que a discussão acabou com o debate que teve lugar, salvas as emendas.

Consultada a camara, resolve affirmativamente por 77 votos contra 18.

O sr. Lobo d'Avila—deseja saber se a camara votou que estava discutida a questão de ordem, ou a questão da materia, e requer que se consulte a camara a este respeito.

A camara resolve que a materia dos artigos 3.º, 4.º e 5.º, e das tabellas que conjuntamente ellas estavam em discussão, salvas as emendas a ellas apresentadas, estava discutida.

Artigo 3.º—aprovado, salvas as emendas mandadas á commissão.

Artigo 4.º—idem.

Artigo 5.º—idem.

Entrou em discussão o artigo 6.º

O sr. Mousinho de Albuquerque—propõe que os artigos 6.º a 12.º se discutam conjuntamente, por versarem sobre o mesmo objecto.

É aprovado.

O sr. Faria Guimarães (sobre a ordem):—vae mandar para a mesa uma emenda ao artigo 6.º, por isso que o não acha sufficientemente claro.

Receia que pela disposição do artigo se possa dar lugar a que uma fabrica seja tributada pelos diversos generos de industria que o proprietario dentro d'ella tiver, quando lhe parece que a idea da commissão não foi tributar uma fabrica por mais de uma industria ou officina que dentro d'ella haja, e então manda uma emenda ou additamento para tornar o artigo mais claro, que cre á illustre commissão não terá duvida em adoptar.

Também manda um additamento ao artigo 12.º e mais uma proposta para a eliminação dos §§ 1.º e 2.º, por isso que entende que de modo algum se podem tornar responsaveis os chefes de quaesquer estabelecimentos fabricis ou commerciaes, pelas collectas dos seus empregados, caixeiros e mestres de officinas, quando elles as não paguem nos prazos da lei, não só porque os fabricantes não são nunca depositarios de quantias pertencentes aos seus operarios, para com ellas poderem satisfazer as competentes collectas, pois que o operario ao sabbado quando recebe a feria vae á tenda pagar o que deve, o á segunda-feira pede logo ao fabricante dinheiro adiantado por conta da feria da semana que vae comecar, mas mesmo porque na occasião do lançamento pôde qualquer fabricante ter duzentos ou trezentos operarios, e na occasião em que elles devem pagar a collecta já não haver na sua fabrica muitos dos operarios que lá estavam quando se fez o lançamento.

Não é possível, pois, pelas considerações que apresenta, constituir os fabricantes fiadores e principaes pagadores das collectas dos seus operarios. O mais que se lhes poderia exigir é que elles não admittam nas suas fabricas operarios que não mostrem pelo recibo da decima terem pago a collecta do anno anterior.

Manda as suas propostas para a mesa, e espera que a commissão as tomará na consideração que merecerem.

São as seguintes:

«Additamento ao artigo 8.º:

O contribuinte que no concelho ou bairro exercer varias industrias ou profissões no mesmo local, ficará sujeito só á maior das taxas correspondentes a essas industrias ou profissões.

N.B. Estas palavras são textualmente copiadas do projecto do sr. Fontes, datado de 28 de fevereiro de 1856.—Faria Guimarães.

Proposta de additamento ao artigo 11.º:

§ unico. Exceptam-se os estabelecimentos fabricis de novo estabelecidos, os quaes pagarão:

No primeiro e segundo annos de trabalho, um terço da taxa respectiva.

No terceiro e quarto annos, dois terços da taxa respectiva.

Do quarto anno em diante a taxa inteira.—Faria Guimarães.

Proposta de eliminação do artigo 12.º:

Proponho a eliminação dos §§ 1.º e 2.º do artigo 12.º.—Faria Guimarães.

São admittidas para irem á commissão.

O sr. Chamico (sobre a ordem):—concorda na eliminação proposta pelo sr. Faria Guimarães, quanto aos §§ 1.º e 2.º do artigo 12.º; e pede que a proposta que ha pouco havia apresentado, para que as fabricas sejam isentas do imposto industrial no primeiro anno da sua existencia, seja considerada agora na discussão d'estes artigos.

O sr. Aragão Mascarenhas—manda para a mesa uma proposta em relação ao artigo 7.º, depois de haver mostrado a necessidade que ha de alterar este artigo do modo que está consignado na sua proposta, que é a seguinte:

«Proponho que se acrescente a este artigo: «nas terras de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem, pagando nas de 4.ª e 5.ª ordem sómente a taxa, que corresponder ao artigo que fizer a parte principal do seu commercio.»—Aragão Mascarenhas.

É admittida para ir á commissão.

O sr. Diogo de Sá—expõe que nas terras pequenas as companhias anónimas são compostas ordinariamente de pequenos capitais, que quasi nunca excedem a 20.000.000 réis; e se por ventura se lançar a estas companhias o imposto marcado na tabella, e aos directores o mesmo imposto que lhes vem designado, o resultado ha de ser que o f

viriam tomar n'este porto a linha ferrea em vez de ir ao Carregado, poupando assim uma legua de caminho, e a exploração da linha, ganhando a diferença entre este lugar e o Carregado.

A mala-posta partindo de Villa Nova pouparia uma legua, e a enorme despesa que anualmente se faz para obter agua n'aquelle sitio improprio. Os supplicantes porém não pedem que se lhes faça justiça á custa dos interesses de outrem. O Carregado e Alemquer já tem a estrada feita; que a concorrência seja por ella ou por outra de nada aproveita, porque passageiros e mercadorias não se demoram ali.

Senhores deputados: a camara municipal do concelho de Azambuja, e os habitantes e proprietarios de Villa Nova esperam que, em quanto se não trata da salubridade e de outras questões importantes para todo o Ribatejo, ao menos não sejam os supplicantes victimas da injustiça de que se queixam, e por isso pedem que restituída a estação de Villa Nova da Rainha, se mande proceder á factura do pequeno lanço da estrada até Ota.—E. R. M.^{to}

O presidente da camara, Miguel Maria Vito do Abreu; os vereadores, Honorato José Torres Machado, José Maria Gonçalves Couto, Manuel da Silva Lavareda e Pitta, Antonio Clementino de Barros; os proprietarios, João Pedro Vicente da Silva, José Tavares, Vicente Caetano, Joaquim Teixeira de Pinho, José Gomes, Francisco Pinheiro, Agostinho João de Azevedo, Thomás Antonio, Francisco Filipe, José Jorge de Oliveira, Jacinto Cotrim Graça, Manuel Milião, Antonio Joaquim Pereira, Antonio José de Sousa, Antonio da Costa Marques, Borges de Sousa & Socios, Antonio Maria Gonçalves de Mello Silva Cezar e Menezes.

Projecto de lei facultando e regulando a abolição dos bens vinculados para melhoramentos agricolas, apresentado pelo sr. deputado Gavicho Tavares, em sessão de 26 do passado.

Senhores.—Como complemento da medida, que tive a honra de vos propor com o fim de tornar alioadias as propriedades amortizadas em poder de corporações, venho sujeitar á vossa sabia apreciação um modo de acabar com os vinculos, condemnados, de ha muito, como odiosos, anti-economicos, e apenas sustentados pelo interesse politico da conservação de uma classe aristocratica e hereditaria, que é julgada indispensavel nos governos monarchico-representativos.

Nada mais seductor para quem não vê no cemiterio o fim da vida, nada mais lisonjeiro para o homem, que quer viver além da campa, do que deixar para depois de si algum monumento, que atteste a sua passagem na terra.

Nada ha que mais fascine, que mais afague este desejo de immortalidade, do que essa illusão de ver em seculos, que hão de vir, a sua memoria perpetuada em familia que creou.

Este como que instincto da perpetuidade deveria de ser mais vivo em epocha, em que a importancia individual se derivava quasi exclusivamente da origem heroica das familias, dos braseis, da nobreza genealogica.

A familia real, a mais nobre entre as nobres, e os feudos, apanagem da realza de então, tinham uma forma especial de successão, e estavam sujeitos á lei da perpetuidade.

Por este espirito de imitação sempre reconhecido os nobres e não nobres, por uma aberração dos verdadeiros principios do direito de testar, adoptaram para a fundação e successão de suas familias os mesmos estylos da realza e do feudalismo.

Eis aqui a origem dos morgados que, muito de industria, fui procurar em Molina, para vos mostrar a necessidade de acabar no seculo XIX com esses filhos do feudalismo morto felizmente ha muito, e da vaidade louca do homem, que quiz imitar a grandeza, só porque estava acima de si.

Um grande pensador chamou á propriedade o prolongamento material do *Eu*, como a familia é o seu prolongamento moral, e a herança uma applicação directa do direito de propriedade, uma condição e uma consequencia da familia.

Se, no dizer de Gans, o direito de testar não foi conhecido na antiguidade, nem na India, nem na China, nem na Asia antes do direito talundico e musulmano; se era desconhecido na Islandia, na Dinamarca e Noruega; se, na opinião de Tacito, elle não existia na velha Gallia, nem na Grecia antes de Solon, nem em Roma antes das doze taboas, não pensar de Montesquieu; se por isso a neve dos seculos não pôde tornar venerando este direito, todos os povos cultos admittem hoje, seguem, observam e sancionam esta facultade, filha da decisão livre do homem, de fazer uso conveniente e livre do seu direito de propriedade, a que deu origem o seu esforço sobre a natureza, que modificou, na frase de um profundo escriptor.

Se Raynal duvida d'este direito; se Rousseau o nega; se Robespierre d'elle escarnece; se Mirabeau o combate; se os tribunos mais ardentes da revolução, e os socialistas mais insensatos o não aceitam; Leibnitz quasi o divisa, Baudrillard o sustenta, Blackstone, Wolowsky o elogiam, Cousin o respeita, e todos os escriptores, que admittem a familia e a propriedade, o julgam vantajoso, necessario, e legitimo.

Incentivo mui poderoso para o trabalho e economia, germen fecundo de todas as virtudes moraes e sociaes, o direito de testar faculto ao homem o exercer para com pessoas, a quem está preso, ou pelas harmonias da amizade, ou pelos laços do dever e da gratidão, o ultimo acto de benevolencia, de generosidade, de reconhecimento ou de justiça; impelle o homem a pôr as paixões do lado do dever, como dizia um dos mais abalados publicistas inglezes; apaga o que o interesse pessoal tem de exclusivo, no dizer de um dos mais distinctos economistas modernos.

Este direito importantissimo é roubado pela instituição vincular, em que o instituidor despoja os successores d'essa aspiração á eternidade na frase de Leibnitz.

Combatidos os vinculos no campo da justiça, da economia politica, dos interesses materiaes, da prosperidade publica, da equidade e da moral, repelli dos por todas as razões, por todos os principios, julgados um prejuizo, um contrasenso, uma inutilidade, um escarnio nos tempos de liberdade, pela sciencia e pela experiencia, os vinculos acolheram-se á razão politica, que os tem sustentado, a custo, desde o seculo XVIII até hoje.

A força das idéas os expulsa de continuo d'este ultimo reducto, onde os filhos do feudalismo se recolheram depois de vencidos em todas as lides.

Um principio proclamado no seculo XVI por Du-molin, sustentado depois por Smit, abraçado com amor por Mill, tornou-se hoje um axioma. Este principio é a liberdade da permutação da terra.

O reocio da maxima divisão da terra, que uns julgam prejudicial, e outros vantajosa, não pôde ser dissipado por a instituição vincular.

A grande propriedade pôde florescer em presença da pequena cultura. Só o interesse pôde regular a aglomeração ou a divisão da propriedade; para o conseguir outra lei pôde ser proficua, do que a sentença de Quesnay—*laissez passer*.

Tão absurda será a lei que ordene a grande propriedade, como a que decreta a sua divisão; outra lei, superior á lei civil, encarrega-se d'essa tarefa, é a lei economica.

Sectario entusiasta do direito de testar, sou também o mais profundo respeitador do direito á legitima.

Os morgados não foram obstaculo a que Cromwell, deapando a cabeça de Carlos I, fosse o protector de Inglaterra; não impedem, que os Estados Unidos sejam uma republica federativa. Ninguém conheceu o heroe de Waterloo por o morgado, que possuia na Gran-Bretanha.

Arrojado, porém, seria extinguir os morgados de todo, e desde já, sem manter a riqueza vinculada, a quem a lei vincula a aristocracia, e sem respeitar os direitos adquiridos á sombra de uma lei, que tem garantido os vinculos.

E por isso que deixo a permissão da conservação dos morgados aos dignos pares do reino, e a nova instituição, não em terras, mas em titulos de divida publica. É por isso que permitto a abolição com audiencia do immediato successor, e só por morte d'este obrigo a abolição do vinculo.

Como recompensa para o estado do privilegio dos vinculos, e como indemnização da perda nos rendimentos publicos provenientes dos direitos de transmissão, interpreto os alvarás de 23 de fevereiro de 1797 e de 15 de dezembro de 1809, que obrigavam ao pagamento do quinto, quando o morgado, ou na sua incapacidade o successor, não servisse o estado. A providencia, que a este respeito proponho, ha de concorrer poderosamente, creio eu, para a abolição dos vinculos.

O direito á legitima levou-me a marcar os alimentos dos irmãos na quantia equivalente ás legítimas, que lhes pertenceriam, se os bens não fossem vinculados deduzidos os encargos, contribuições e a terça.

A necessidade de credito territorial para melhoramentos agricolas determinou-me a facultar aos administradores de vinculos, para alcançar capitais para a agricultura, a hypothecar a terça parte dos bens vinculados, ou a vender o terço do rendimento liquido dos vinculos.

Em proveito da lavoura, da liberdade da terra, e da silvicultura, abrigar, em praso rasavel, os morgados a arrotear, afurar, ou a arborisar os terrenos incultos vinculados, sob pena de pagar por esses terrenos incultos a contribuição predial como se fossem terras as mais productivas.

Sujeito, senhores, á vossa apreciação esta tentativa de reforma vincular. Se a empresa é superior ás minhas forças, servirá ao menos para chamar a vossa attenção sobre a necessidade de prover de remedio aos inconvenientes da continuação de uma instituição condemnada, de ha muito, por a sciencia e por a experiencia.

Examinas, senhores, o seguinte projecto de lei, ampliao-o, modifical-o, como julgardes em vossa sabedoria que mais convem ao interesse publico e ao bem do paiz.

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Todo o administrador de bens vinculados pôde:

1.º Ouvir o immediato successor, por si, ou por quem o represente legalmente, abolir o vinculo ou vinculos que administra, e subroga-los por titulos de divida publica, ao que o immediato successor se não poderá oppor, senão quando a renda d'esses titulos for inferior ao rendimento liquido dos vinculos que se pretendem subrogar.

2.º Sem audiencia do immediato successor, hypothecar até á terça parte dos bens vinculados para alcançar capitais destinados a melhoramentos agricolas, ou, para o mesmo fim, vender até á terça parte da renda dos vinculos.

3.º O rendimento dos bens vinculados será determinado pela renda collectavel, inscripta na matriz da contribuição predial.

Art. 2.º As benfeitorias feitas em bens vinculados serão incorporadas no vinculo, ficando alioadias quaesquer bens de vinculo indicados por o administrador, que tenham o mesmo valor que o das benfeitorias.

Art. 3.º O administrador do vinculo não aforando, ou reduzindo a cultura, ou arborisando os terrenos incultos vinculados dentro de cinco annos, a contar da publicação da presente lei, pagará por estes terrenos a contribuição predial como se fossem terras as mais productivas.

Art. 4.º O administrador de vinculo será obrigado a dar a seus irmãos alimentos, que serão equivalentes á sua legitima, se os bens não fossem vinculados, deduzidos os encargos, contribuições e a terça.

Art. 5.º Por morte do immediato successor aos actuaes administradores de vinculos, ficarão estes abolidos.

Art. 6.º O administrador de vinculo será obrigado a pagar, em vez do quinto, o dobro das contribuições predias.

Art. 7.º Os dignos pares do reino, que tiverem filhos, que lhes succedam no pariatu, podem conservar os seus vinculos, e instituir outros em favor de seus successores, com tanto que sejam constituídos em titulos de divida publica.

Art. 8.º O governo fará os regulamentos necesarios para a execução da presente lei.

Art. 9.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala das sessões da camara dos senhores deputados, em 24 de maio de 1860.—F. L. Gavicho Tavares de Carvalho.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 7 do corrente, e de Paris até 5.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS
Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Paris, 6 de junho.—É inexacta a noticia de que começara do novo o bombardeamento de Palermo.

Turim, 5.—O general Letizia chegou a Napoles, sendo portador da nova capitalização.

Continuam em grande escala as deserções no exercito napolitano.

O entusiasmo por Garibaldi é o maior possivel. O armistício foi prorrogado indefinidamente.

O governo napolitano reclamou o auxilio da França. Londres, 6.—Diferentes jornaes importantes d'esta capital affirmam que a Austria, Inglaterra e França recusaram prestar a sua intervenção armada a favor do rei de Napoles.

Consta das ultimas noticias da China que o ultimatum dos alliados não foi absolutamente rejeitado pelos chinezes; que os inglezes apresentaram um segundo ultimatum modificado, e que se esperava pela resposta a este ultimo.

Paris, 6.—O armistício de Palermo foi prorrogado até ao dia 12 do corrente. Em Paris é opinião geral, que uma intervenção estrangeira daria em resultado uma solução honrosa para ambas as partes belligerantes.

Chegarão a Palermo muitos facultativos e irmãos da caridade, a fim de tratarem de grande numero de feridos existentes nos quartéis e hospitaes de sangue.

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:
Londres, 5.—O *Times* publica o seguinte documento, copia da manifestação que faz o principe D. João de Bourbon á nação hespanhola.

«As cortes.—A renuncia dos direitos que tinha á coroa de Hespanhameu irmão Carlos Luiz, consignada no seu manifesto feito em Tortosa a 23 de abril d'este anno, obriga-me a reclamar os direitos da minha familia, e os que pessoalmente tenho ao throno dos meus maiores. Decido a sustenta-los, assim como

o principio da legalidade em que se baseiam, não permitirei que para alcançar o triumpho se apelle para as armas, e seja ainda uma vez derramado o nobre sangue dos hespanhoes. Tudo espero da Divina Providencia, da rectidão e do patriotismo dos hespanhoes, e da força das circumstancias.

«Não quero subir ao throno, encontrando os seus degraus cobertos de cadaveres; mas sim apoiado na convicção geral de que na legalidade se estabelece a ordem, e com ella o paiz preparará e marcará de accordo com os progressos e com a illustração do seculo. Faço esta manifestação ás cortes, para que a nação assim o entenda.—João de Bourbon.—Londres, 2 de junho de 1860.»

Napoles, 5.—O brigadeiro Letizia e o coronel Santo Buono, que eram portadores de notas do general Lanza, regressaram hontem (4) a Palermo, com a resposta do governo. Crê-se na proxima evacuação da cidade pelas tropas reaes. Catania soffreu muito em consequencia dos ultimos ataques.

SICILIA

Os jornaes estrangeiros continuam publicando diferentes promeiores relativos á insurreição de Palermo. Segundo estes, os habitantes tinham combinado com Garibaldi, que, apenas este chefe chegasse no dia 26 á vista da cidade, elles se revoltariam na madrugada do dia seguinte. Effectivamente, no dia 27, apenas soaram seis horas da manhã no relógio da cathedra, a multidão começou o percorrer as ruas, gritando: viva a liberdade, viva Victor Manuel! A luta começou horrorosa. Garibaldi apresentou-se a cavallo, e deu um extraordinario impulso aos esforços do povo. As tropas reaes foram obrigadas a abandonar as suas posições, retirando-se para as fortalezas.

Garibaldi, não querendo perder um só instante, atacou no dia 28, com todas as suas tropas, o castello do mar, principal ponto defensivo dos soldados do rei de Napoles.

Os voluntarios italianos portaram-se com bravura; as tropas correspondem com um fogo mui bem sustentado, e, segundo diz o jornal *La Patrie*, depois de uma luta de cinco horas, os consules estrangeiros, a pedido dos habitantes, interposeram-se entre os combatentes, para que elles cessassem um armistício de seis dias, que devia terminar no dia 3 do corrente. Esta tregua permittiu que se enterrassem os mortos, e que os feridos fossem conduzidos para tres povoações vizinhas de Palermo, onde se organisaram hospitaes de sangue.

BELGICA

Sua magestade o rei da Belgica partiu para Londres. Alguns jornaes estrangeiros attribuem a esta viagem um alcance politico, porém a *Independencia Belgica* protesta contra esta interpretação e sustenta que a politica é inteiramente estranha a esta excursão, que se repete todos os annos n'esta epocha.

INGLATERRA

A guerra entre a China e a Inglaterra está hoje decidida, e muito provavelmente terá proporções mais consideraveis e durará mais tempo do que se suppunha, quando lord Elgin partiu. E o que se deprehende de dois documentos importantes que foram ultimamente communicados á camara dos commons por lord John Russell.

O primeiro d'estes documentos é a declaração que o ministro da Gran-Bretanha, sir Bruce, dirigiu, em 8 de março ultimo, ao presidente do conselho de ministros da China, Pan-Wang-Chang, para lhe dar conhecimento das condições do ultimatum da Gran-Bretanha.

A resposta contida no segundo documento, sobre a forma de uma communicação dirigida pelo conselho supremo da China ao commissario Ilo, é das mais categoricas. O ultimatum nem mesmo foi communicado ao imperador, e as reclamações do plenipotenciario inglez são pura e simplesmente rejeitadas, e até qualificadas de extravagantes e insolentes.

Esta linguagem faz supor no governo chinês grande confiança nos seus meios de defeza.

A resposta do ultimatum francez não é ainda conhecida; mas parece que nas colonias inglezas se suppunha geralmente que o gabinete de Pekin acceitaria o ultimatum a fim de dividir os seus inimigos. A verdade deve saber-se em pouco tempo.

RUSSIA

Segundo affirma a *Gazeta do Norte*, as principaes medidas propostas para a emancipação dos servos na Russia foram já adoptadas pela maioria dos deputados da nobreza, e o libertamento geral dos servos deve realisar-se no proximo outono, sobre as seguintes bases:

1.º A concessão immediata de liberdade individual a favor dos servos é tanto mais indispensavel para os proprietarios e para os servos, porque uns e outros consideram a liberdade individual como existindo de facto, desde que foi promulgado o ukase que estabelecia os principios geraes da emancipação.

2.º A promulgação official da liberdade individual dos servos fixa dois annos de estado transitorio; no fim d'este tempo a sua emancipação será completa.

3.º Durante dois annos o proprietario terá a facultade de fazer com os servos contratos amigaveis, ou para lhes vender o terreno ou para o arrendar.

4.º Caso o proprietario não consiga entender-se amigavelmente com o seu servo, antes de expirarem os dois annos, o governo intervirá para dar a este ultimo a porção exigida de terra susceptivel de ser cultivada, sobre as bases existentes do estado economico dos servos, deixando-lhes todavia a facultade de se contentarem com um numero de hecctares menor do que o que possuem actualmente.

5.º Uma commissão local nomeada *ad hoc*, e dividida em primeira e segunda instancia, será estabelecida para avaliar, segundo os preços actuaes, o das terras que devem ser concedidas aos servos.

6.º A quantia que assim reverte a favor do proprietario, pela expropriação do seu terreno, será paga pelo governo, ou em dinheiro de contado, ou por meio de uma emissão de obrigações ao portador, com juro de 5 por cento.

7.º Quanto á maneira por que o governo procederá para resgatar os seus fundos, os proprietarios nada têm com similhante medida, porque esta operação deve realisar-se sem a sua participação e unicamente como o governo o entender.

8.º Quando o servo se tornar cidadão, graças á sua propria emancipação, a acção do proprietario sobre elle cessará completamente.

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 9 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

S. Vicente, hiate portuguez, mestre J. G. Rodrigues, de Villa Nova de Milfontes em 24 horas, com carvão e cepa; 6 pessoas de tripulação.

Conceição Feliz, hiate portuguez, mestre A. Rodrigues, de Villa Nova de Milfontes em 2 dias, com carvão; 7 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, hiate portuguez, mestre A. S.

e Silva, de Sines em 24 horas, com carvão; 7 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é Antonio da Cunha, lavrador, portuguez.

Tentadora, bateira, mestres J. Maria, de Sines em 24 horas, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

S. Thiago, hiate portuguez, mestre E. A. Marreiros, de Sines em 24 horas, com arroz e cortiça; 8 pessoas de tripulação.

Nome de Deus, cahique portuguez, mestre M. Felicio, da Fuzeta em 3 dias, com peixe salgado; 14 pessoas de tripulação.

Senhora do Carmo, rasca, mestre J. C. Sena, de S. Martinho em 3 dias, com madeira e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Protegido, hiate portuguez, mestre P. F. Gaspar, de Almeria em 15 dias, e de Lagos em 3, com esparto, a Charnica & Gonçalves; 9 pessoas de tripulação.

Lisbonense, galera portugueza, capitão M. L. da Costa, de Londres em 19 dias, com fazendas, polvora e mais generos, a B. M. O. Borges & Sobrinho; 18 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Guilherme Joaquim, marítimo; Antonio Rodrigues, servente; portuguezes. Destina-se para Ajuda, e vem aqui mudar a tripulação.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de St. Nazaire em 4 dias, e de Vigo em 22 horas, com varios generos, a H. Juhel; 29 pessoas de tripulação, 1 mala, e 58 passageiros.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Amazon, paquete inglez a vapor, capitão A. Legget, para Londres, com lã e mais generos; 24 pessoas de tripulação, e 23 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 9 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 9 de junho—3 por cento consolidados a 48,85.

Bolsa de Paris, em 9 de junho—3 por cento francez a 67,90—4 1/2 dito a 96,40.

Bolsa de Londres, em 9 de junho—Consolidados de 93 3/4 a 93 3/4.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFLUENCIA DO DIA

NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	749,23	18,3	86,8	SO.
3 t.	749,19	18,7	81,5	OSO.

DIA 8.

Maxima—temperatura.....	22,1 C.
Minima.....	14,4 "
Ozone (de noite).....	3,5
Ozone (de dia).....	4,0
Chuva (adometro).....	0,0mil.
Evaporação (vapormetro).....	6,8 "
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

AVISOS

CASAS DE ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DE LISBOA

As pessoas que pretendem ser providas nos lugares de mestra, que se acham vagos em dois dos asylos, deverão até ao dia 25 do corrente dirigir requerimentos documentados ao escriptorio da sociedade, na rua dos Calafates n.º 181, e declarações da respectiva morada.

São documentos indispensaveis: certidão de baptismo, attestado de bons costumes (passado pelo parcho ou regedor), e de que não padecem molestias contagiosas.

O concurso deverá ter lugar no dia 30 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho (escriptorio da sociedade), para se avaliarem os conhecimentos das pretendentes, em leitura, escripta, nas quatro operações, no methodo de leitura pelo systema do ex.º sr. doutor Castilho, e em costura.

Permite-se ás pretendentes, que o reclamarem, o frequentar os asylos, para adquirirem os conhecimentos da administração dos mesmos, e para praticarem o methodo de leitura repentina.

O vencimento é de 128000 réis mensaes.

Lisboa, 8 de junho de 1860.

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quarta-feira 20 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 2 de junho de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

O sr. vice-presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se no sabbado 16 do corrente, ás oito horas da noite, a fim de se tratar de alguns requerimentos de socios, que pedem auxilio pecuniario para podermos ir gosar dos ares de campo.

Lisboa e sala das sessões, 9 de junho de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA LISBONENSE E ARTES CORRELATIVAS

É convocada a assembléa geral para se reunir no dia 15 do corrente, pelo meio dia, a fim de lhe ser presente o officio do presidente da commissão de *specimen*; e proceder-se á eleição de um membro para a commissão de melhoramentos.

Sala da associação typographica, 9 de junho de 1860.—O secretario, Francisco de Sousa Pereira.

MONTE PIO DA CORPORAÇÃO DOS ALFAYATES

É convocada a assembléa geral para o dia 11 do corrente, pelas oito horas da tarde, para a eleição de um secretario, um membro para a commissão administrativa; e para se continuar a discutir a questão apresentada pelo socio n.º 249.—O secretario, Custodio Ferreira Mendes.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

MYSTERIOS DO FUTURO

TRATADO COMPLETO DA ARTE DE ADIVINHAR

Contendo o oraculo das damas—a phenologia—a bibliomania—os horoscopos—a cartomancia—a sciencia do magnetismo—a explicação dos sonhos, etc. etc.

Esta interessante obra, traduzida do francez, e adornada de estampas e gravuras, acha-se á venda na livraria de A. M. Pereira, rua Augusta n.º 50 e 52, e na de Lavado, na mesma rua n.º 31 e 33. Preço 300 réis.

MANUAL DE HIPPIATRICA

Ou guia racional para a escolha, o trato, e o aperfeiçoamento do cavallo em relação aos seus diferentes serviços domes-

ticos, em que se trata da anatomia, physiologia, e mechanica applicadas á construção e movimentos do cavallo; das bellezas e defeitos da sua conformação exterior, assim como das suas molestias visiveis, das cores, da idade, do resumo, etc.; e em fim, dos meios de promover a saúde, e de melhorar as raças cavallares: obra util aos officios de cavallaria, aos padeiros, lavradores, ferradores, novos veterinarios, e em geral á todos os possuidores de cavallos: por J. J. Ferreira, lente substituto da escola veterinaria, tenente graduado de cavallaria, antigo facultativo veterinario de cavallaria 7, socio correspondente da sociedade imperial de medicina veterinaria de Paris.

Um grosso volume de quinhentas paginas, ornado de seis estampas, representando quarenta e duas figuras—15000 réis. Vende-se em Lisboa, no escriptorio de Francisco Arthur da Silva, rua dos Doutradores n.º 1